

# A ESCRITA DA HISTÓRIA EM FERNÃO LOPES: TEMPO E ORALIDADE

## THE WRITING OF HISTORY IN FERNÃO LOPES: TIME AND ORALITY

JOSENA NASCIMENTO LIMA RIBEIRO \*

**Resumo:** Quando a Dinastia de Avis ascendeu ao trono português, após 1385, novas formas de ação política foram elaboradas na intenção de confirmar a legitimidade régia. Desse modo, o rei D. Duarte encomendou ao guarda-mor da Torre do Tombo a feitura de crônicas que contassem a história e os feitos dos reis portugueses. Assim, o cronista Fernão Lopes construiu a narrativa da *Crônica de D. João I*, colocando em prática uma nova forma de escrita, diferente dos demais exemplos de cronistas presentes até então. Neste artigo, intencionamos apresentar como a narrativa lopesiana dispõe de temporalidades diferentes. Usando tais tempos combinados com traços de oralidade, Lopes construiu uma noção de verdade e de convencimento a quem lia/escutava sua obra. Logo, tempo e oralidade tornaram-se ferramentas de um discurso que objetivava a construção de uma memória e identidade.

**Palavras-chave:** Portugal; historiografia; tempo; oralidade.

**Abstract:** When the House of Aviz ascended to the portuguese throne after 1385, new ways of political action were taken in the intention of confirming royal legitimacy. Thus, King Edward ordered to the head of the royal archives the writing of chronicles that would tell the history and deeds of Portuguese kings. Therefore, the chronicler Fernão Lopes built the narrative of the *Chronicle of King John I* putting on practice a new form of writing, making him different from the other examples of chroniclers found so far. In this article, we intent to present how the Lopes' narrative displays different temporalities. Using these times combined with traces of orality, Lopes built a notion of truth and convincing to the people who read/heard his work. Ergo, time and orality became tools of a speech that objected the construction of memory and identity.

**Keywords:** Portugal; historiography; time; orality.

---

*Artigo recebido em 23 de agosto de 2017 e aprovado para publicação em 18 de setembro de 2017.*

\* Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Integrante do NERO/LEM – Núcleo de Estudos e Referências da Antiguidade e do Medievo. E-mail: [josenanlribeiro@gmail.com](mailto:josenanlribeiro@gmail.com)

O reino de Portugal há muito passava por recessões que afetavam a Cristandade latina no período conhecido por Baixa Idade Média (século XIV até meados do século XVI). Crises agrícolas e pestes abateram-se sobre o território, criando uma situação de aumento da massa de desprivilegiados e fome. Agravaram-se a situação da falta de mão de obra e; as tensões entre os segmentos presentes na Idade Média, e desfavoráveis eram as ofertas de emprego. Essas convulsões tomaram espaço nos séculos XIV e XV, ceifando cerca de um terço da população do continente.

Especificamente, em Portugal, as populações subalternas passaram a demonstrar o seu grau de descontentamento a partir de “uniões” nos principais centros urbanos do reino. D. Fernando teve seu reinado (1367-1383) inserido nesse processo. Envolveu-se ainda em um conflito bélico existente entre os reinos de França e Inglaterra, a Guerra dos Cem Anos, para defender os interesses portugueses de livre trânsito e comércio do Atlântico. Também efetivou guerras contra Castela, sem conseguir sair vencedor delas.

A dinastia iniciada por Afonso I, a de Borgonha, encontrou seu fim em 1383, com a morte do monarca D. Fernando e a ausência de herdeiros masculinos legítimos para assumir o trono. Tal monarca possuía somente uma filha, D. Beatriz, prometida em casamento ao rei de Castela, D. Juan I, por meio do *Tratado de Salvaterra dos Magos*. As cláusulas do mesmo propunham que, numa situação de vacância de trono, D. Leonor Teles, rainha de Portugal, deveria assumi-lo em regime de regência até que o herdeiro de D. Beatriz e D. Juan I nascesse para ser o futuro rei de Portugal.

Porém, tal situação não foi efetivada e cumprida. O último monarca de Borgonha morre e seu irmão, de origem bastarda, D. João I, dá início, em 1385, à casa real de Avis.<sup>1</sup> Diante de tal situação, de ascensão ao trono por meio de conflitos bélicos com o reino de Castela e da carência de sangue legítimo, a nova dinastia impulsionou o monarca D. João e seus descendentes a realizarem ações em busca da afirmação de seu poder.

A maioria das informações sobre os problemas enfrentados pelo reino português na Baixa Idade Média nos foram deixadas pelo cronista Fernão Lopes, guarda-mor da Torre do Tombo. Este colocou em sua pauta a escrita das crônicas dos reis portugueses na primeira metade do século XV. Tal fato tornou-se possível somente por conta do espaço que a história

---

<sup>1</sup> D. João foi nomeado defensor e regedor do reino de Portugal em dezembro de 1383 e posteriormente eleito rei nas cortes de Coimbra, em abril de 1385. A historiografia o momento a partir da morte de D. Fernando e a consolidação da Dinastia Avisina de *Revolução de Avis*. Neste artigo utilizaremos o termo “movimento” para falar dos anos apontados.

passou a tomar nos finais da Idade Média no reino de Portugal. Podemos observar uma relativa laicização das estruturas governativas com a inserção de homens letrados – não mais sendo uma exclusividade dos clérigos – em cargos que exerciam funções na casa régia e em demais áreas de órgãos consultivos.

A escrita e, por consequência, a historiografia, ganharam fôlego porque o monarca passou a ser o principal patrocinador da narração e da memória dos feitos e fatos. A intenção era consolidar a afirmação política dos monarcas e recompensar os homens e mulheres dos mais diversos segmentos sociais a partir da valorização da imagem do reino e de seus habitantes.

No caso dos “ajuntadores de histórias”<sup>2</sup> – como os cronistas se apresentavam –, a escrita tornou-se uma preciosa arma de defesa ou de ataque. A necessidade de escrita sobre os reis portugueses e Portugal, deflagrou a intenção de propagação dos grandes feitos dos reis e da nobre origem do povo português, este sendo declarado como escolhido por Deus. Antes de tudo, buscava-se legitimação, colocar no papel os feitos dignos de memória e lembrança. Logo, os cronistas eram homens vinculados aos saberes laicos e aos de base cristã. Para os medievos, a atribuição de um autor era indispensável e indicadora de verdade, porque “O autor é o princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência”<sup>3</sup>.

O autor em questão, Fernão Lopes, foi um homem de origem humilde e que adquiriu conhecimentos frequentando pelo menos alguma escola conventual, Estudo Geral ou a escola catedral de Lisboa.<sup>4</sup> Não há registros de que tenha levado a cabo os estudos, nem frequentado a universidade. No que diz respeito à sua vida pessoal, sabe-se que se uniu em matrimônio com uma mulher de família de mestreiros, Mor Lourenço, e que teve um filho de nome Martinho, físico real na função do infante D. Fernando, ambos mortos durante cativo no Marrocos. Foi também escrivão da puridade<sup>5</sup> do infante D. Fernando (filho de D. João I) e recebeu “carta de nobreza” em 1434, pois a partir deste momento passou a se intitular “vassalo de el-rei”<sup>6</sup>.

---

<sup>2</sup> FRANÇA, Susani Silveira Lemos. *Os reinos dos cronistas medievais (Século XV)*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 13.

<sup>3</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France. São Paulo: Loyola, 2014, p. 25-6.

<sup>4</sup> MONTEIRO, João Gouveia. *Fernão Lopes: texto e contexto*. Coimbra: Minerva, 1988, p. 74.

<sup>5</sup> Cargo de início criado para facilitar os despachos régios nas questões mais íntimas. Posteriormente, passou a se ocupar também dos assuntos de Estado. O escrivão da puridade gozava da intimidade dos monarcas.

<sup>6</sup> SARAIVA, António José. *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1998, p. 167.

A data de nascimento de Fernão Lopes é desconhecida. Sabe-se que provavelmente tenha nascido no momento em que o movimento de 1383-1385 tomou a cena em Portugal. Sua trajetória passou a ser marcada em 1418, quando foi nomeado por D. Duarte – na época, infante, mas já responsável por questões de conselho, justiça e fazenda – como “guarda das escrituras” do Tombo<sup>7</sup>, substituindo Gonçalo Gonçalves. Foi secretário do rei D. João I desde 1418 até a morte do monarca, em 1433. Era basicamente um funcionário régio, mas é provável que, por assumir cargo tão alto, antes já desempenhasse funções nas secretarias régias, como escrivão de livros, e por isso teria conseguido a proteção de altas figuras da Casa Real.<sup>8</sup> Por fim, Lopes foi afastado de seu cargo em 1451, e substituído por Gomes Eanes de Zurara. Morreu por volta de 1460, com aproximadamente 80 anos de idade.

Gomes Eanes Zurara escreveu, em 1453, a *Crônica da Tomada de Ceuta*. O sucessor de Lopes, tanto no cargo de cronista régio quanto no de guarda-mor da Torre do Tombo, viveu entre 1420 e 1474, e também era cavaleiro de rei. Sua escrita fundava-se principalmente na intenção de dar à expansão portuguesa para o norte da África a caracterização de conquistas e lutas feitas por grandes cavaleiros. Logo, focou sua narrativa no elogio das figuras reais, principalmente nos feitos dos príncipes.<sup>9</sup> É reveladora de seu tempo e da construção de uma justificativa da invasão do continente africano. Um tempo social e representador da classe ao qual o discurso pertence.

Segundo teóricos e literatos, Fernão Lopes escreveu diversas crônicas régias a pedido dos monarcas de Avis. Além da obra com a qual aqui trabalharemos, é autor da *Crônica de 1419* (que conta a história dos sete primeiros reis portugueses), *Crônica do Rei D. Pedro* e *Crônica do Rei D. Fernando*. A crônica que é dedicada à nova dinastia apresenta um elogio à figura do monarca D. João e daqueles que o seguiam por terem chegado ao poder por meio de uma situação de vacância de trono.

D. João I era irmão bastardo de D. Fernando e assumiu o trono após os embates de sucessão entre Portugal e Castela. Sua carência de sangue e o fato de ter sido eleito em cortes por meio do uso de força bélica criou um clima desfavorável para o novo rei e para a camada

---

<sup>7</sup> Uma carta régia de 19 de março 1434, durante reinado de D. Duarte (1433-1438), deflagra a tarefa do cronista de escrever as crônicas dos antigos reis de Portugal e dos feitos de D. João I. Lopes. Assim receberia por seu trabalho uma tença anual de 14.000 réis. Porém, parece claro afirmar que o seu trabalho é anterior a tal datação, já que a *Crônica de 1419*, que conta a história dos sete primeiros reis portugueses e cuja autoria é atribuída a tal cronista real, já estava escrita no ano de 1434.

<sup>8</sup> MONTEIRO, João Gouveia. *Op. cit.*, p. 72.

<sup>9</sup> COSER, Miriam. A dinastia de Avis e a construção da memória do reino português. *Especiaria* (UESC), v. 10, p. 703-727, 2007, pp. 716-8.

de nobres recentes que ao lado dele estava. Precisavam deixar na história uma memória e propagar ideias que demonstrassem seus grandes feitos ao passo que escondessem conflitos de interesse. Logo, o discurso legitimador se dá a partir dos segmentos sociais ao qual ele pertence e sobre os quais fala.

Para analisarmos e discutirmos acerca da *Crônica de D. João I*, é importante notarmos a noção de crônica corrente na Idade Média, temporalidade norteadora deste estudo. Partimos do mesmo conceito construído por Marcella Lopes Guimarães, ao explicitar que

a crônica histórica tardo-medieval é uma realização discursiva narrativa, construída a partir de pressupostos de uma tradição literária cristã, retomada e recriada por seus cultores, com intenção de verdade, ainda que incorpore elementos ficcionais que servem a essa verdade. Ela foi geral ou particular, construída à volta de um reinado ou individualidade, para legitimar seus promotores e servir de modelo para a sociedade política.<sup>10</sup>

Então, a obra está dividida em duas partes. A primeira narra os acontecimentos que se deram logo após a morte de D. Fernando até o momento em que D. João se torna rei nas cortes de Coimbra. No volume seguinte, tem-se os últimos enfrentamentos entre as forças portuguesas de D. João para com D. Juan e os castelhanos, além da retomada de espaços e vilas que haviam tomado voz pelo reino vizinho.

Por consequência, existem variações do uso historiográfico da obra escrita por Fernão Lopes. Cada época viu na crônica a oportunidade de ressaltar discursos e indivíduos diferentes. No período do Estado Novo português se teve especial interesse em destacar a figura do comandante militar de D. João I, Nuno Álvares Pereira. Ademais, é da cena do novo regime político que crescem as produções que passam a julgar o primeiro monarca da Dinastia de Avis a partir de suas ações e acontecimentos por elas gerados.<sup>11</sup> O que nos deixa clara a percepção que tais pesquisas possuem a influência da interpretação lopesiana, já que os demais escritos contemporâneos à época em que o cronista teria usado para construir sua versão estão, em sua maioria, perdidos.<sup>12</sup> Foi o cronista quem deu ao movimento de 1383-1385 o clima de cataclismo social.

---

<sup>10</sup> GUIMARÃES, Marcella Lopes. Crônica de um gênero histórico. *Revista Diálogos Mediterrânicos*, v. 1, 2012, p. 70.

<sup>11</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I: o que re-colheu Boa Memória*. Lisboa: Temas e Debates, 2008, pp. 13-5.

<sup>12</sup> SARAIVA, António José. *Op. cit.*, p. 178.

António José Saraiva afirma que “mais do que um simples cronista (ou compilador de memórias), Fernão Lopes é já um historiador no sentido moderno da palavra”<sup>13</sup>, tendo se diferenciado de outros cronistas pelo objetivo de olhar o todo, sejam indivíduos históricos em suas personalidades ou grupos sociais antagônicos. A escrita de Fernão Lopes, “em sua visão de conjunto que alcançou é muito mais verdadeira e completa do que a de quaisquer outros cronistas medievais, subordinados a uma estreita visão dos factos, de acordo com os interesses dos pequenos grupos palacianos de que dependiam”.<sup>14</sup>

Para Massaud Moisés, o início do humanismo em Portugal dá-se com Fernão Lopes. Assim, “a atividade historiográfica evolui do frio e árido rol de nomes até à narração e interpretação dos fatos. Todavia, somente com Fernão Lopes ela adquire superior relevância, graça ao sentido duplo com que é praticada: o literário e o histórico propriamente dito”.<sup>15</sup> Para o estudioso em literatura portuguesa, no humanista encarado cronista, o entendimento da história é regiocêntrico, “gira em torno de reis, a cuja ação se deveriam os fundamentais acontecimentos históricos; e é política: num caso e noutro, Fernão Lopes enquadra-se nitidamente nas estruturas culturais da Idade Média”<sup>16</sup>.

Maria Amparo Tavares Maleval, historiadora brasileira, em sua obra *Fernão Lopes e a retórica medieval*, publicada no ano de 2010, afirma que “o mérito do escritor reside na manipulação exemplar das novas técnicas da arte narrativa, a serviço da persuasão do leitor-ouvinte e da manutenção da unidade da obra”.<sup>17</sup> Dessa forma, segundo a pesquisadora, Fernão Lopes teria usado, em sua escrita, técnicas de discurso da retórica medieval a fim de convencer os seus leitores. O cronista medieval português, intimamente influenciado pela arte da retórica medieval que o precedia, colocou-se a argumentar de uma forma que defendia sua dita imparcialidade. Sua intenção, segundo Maleval, era alcançar a confiança e a simpatia de quem lia/ouvia sua obra. Por este motivo, Fernão Lopes se afirmou como um escritor/pesquisador das histórias presentes em documentos e na oralidade da época.<sup>18</sup>

Na medievalidade, a crônica e a palavra escrita eram realidades incontestes. Luiz Costa Lima, na obra *Sociedade e discurso ficcional*, afirma que, para as mulheres e homens

---

<sup>13</sup> *Idem*. *História da Literatura Portuguesa*. Belo Horizonte: Tapir, 1965, p. 27.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 28.

<sup>15</sup> MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa*. São Paulo: Cultrix, 1968, p. 37.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 38.

<sup>17</sup> MALEVAL, Maria Amparo Tavares. *Fernão Lopes e a retórica medieval*. Niterói: UFF, 2010, p.65.

<sup>18</sup> *Idem*. Da retórica medieval. In: MASSINI-CAGLIARI, Gladis; MUNIZ, Márcio Ricardo Coelho; SODRÉ, Paulo Roberto; SOUZA, Risonete Batista. (orgs.). *Metodologias - Série Estudos Medievais*. Rio de Janeiro: Grupo de Trabalho Estudos Medievais da ANPOLL, 2008, p. 2.

que compunham a temporalidade em questão, “não há qualquer marca distintiva entre história e ficção. Desde que não se oponham às verdades religiosas, ambas são confiáveis, porque ambas são tomadas como verdadeiras”.<sup>19</sup> Para o literato, o cronista Fernão Lopes estabeleceu uma divisão entre história e ficção. Lopes construiu a visão de si mesmo como um historiador por ser, assim como ele próprio afirmava, o portador da verdade, por ter confrontado a pluralidade de testemunhos escritos e orais e por ter colocado em causa o que outros escreveram anteriormente.<sup>20</sup>

Luiz Costa Lima continua sua análise mostrando que uma “crônica deixa de se escrever por si própria e passa a depender da interpretação de quem a assina. O cronista deixara de ser um coletor, para tornar-se um intérprete. A palavra escrita deixara de ser confiável pelo fato material de escrita”.<sup>21</sup> É na narrativa que se encadeiam as lembranças e se elege uma memória. Porém, entre o falado e o escrito existem diferenças e se sobressaem as vontades e compreensão de quem escreve.<sup>22</sup> Assim, Fernão Lopes inicia a escrita da *Crônica de D. João I* falando como os homens ao recontarem as histórias de sua terra, conformando o entendimento de maneira que nunca narram como realmente deviam.

Mas, ao falar de si próprio e de seu intento, aponta:

nos certamente levandou outro modo posta a parte toda afeição, que por aazo das ditas rrazões aver podíamos, nosso desejo foi em esta obra escrever verdade, sem outra mestura, leixando nos boõs aqueçimentos todo fingido louvor, e nuamente mostrar ao poboo, quaaes quer comtraíras cousas, da guisa que aveherõ [...] Se outros per ventuira em esta crônica buscam fremosura e novidade de palavras, e nom a çertidom das estórias, desprazer lhe há de nosso rrazoado, muito ligeiro a ele douvir, e nom sem gram trabalho a nos de hordenar [...] Amtepomos a simprez verdade, que a afremonsemtada falsidade.<sup>23</sup>

Logo, quando Lopes se coloca como o único que escreveu sobre tais acontecimentos com intenção de verdade, deixa para uma historiografia – que passa a se constituir após sua escrita – a noção de que seu trabalho é o mais maturado. O trabalho de historiador é o daquele que procura por variadas fontes, que as compara e faz análises críticas. O cronista português coloca-se em uma posição de primazia quando exemplifica outras práticas – citando a “afeição mundana” que faz com o que os homens não contem propriamente feitos e eventos dos lugares de onde provinham:

<sup>19</sup> LIMA, Luiz Costa. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, p. 23.

<sup>20</sup> *Ibidem*, pp. 24-5.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 22.

<sup>22</sup> RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo 3: o tempo narrado. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 176.

<sup>23</sup> LOPES, Fernão. *Crônica de D. João I*. Lisboa: Livraria Civilização, 1990, vol. 1, pp. 2-3.



esta mundanal afeição fez a alguns historiadores, que os feitos de Castella, como os de Portugall escpreverom, posto que homeês de boa autoridade fossem, desviar da direita estrada, e correr per semideiros escusos por as minguas das terras de que eram, em certos passos claramente nom serem vistas.<sup>24</sup>

Assim, o discurso lopesiano obteve notoriedade porque ele mesmo se declarou um autor neutro, na função de inquirir o passado.<sup>25</sup> Posteriormente, após o episódio da batalha de Aljubarrota, Lopes se apresenta como o possuidor das verdades, colocando-se numa posição de distância entre os que escrevem e objetivam embelezar as histórias: “per que diremos guolpes nẽ fforças nẽ outras rezoeeãs compostas por louvor dalguũs, nẽ aformosẽtar estória que os sesudos não haõ de crer, de guisa que destorias verdadeiras façamos fabulas patronnhosas?”<sup>26</sup>. Percebe-se a tentativa de mostrar que as suas versões eram as mais verdadeiras. Não devemos perder de vista que o cronista viveu durante um intenso período de crise e atividade política em que nenhum dos grupos que lutavam pelo poder – a Dinastia de Avis e os intentos de Castela – possuíam autoridade incontestável.

Devemos notar ainda que as crônicas de Fernão Lopes emergem da necessidade de construção de uma memória, porém, selecionada. A escrita da história a partir do olhar lopesiano deu lugar a um discurso. Um discurso de rei, que fala da inauguração de um novo tempo com a chegada da casa de Avis, que engendrou uma preocupação em cuidar de uma nova forma de escrever e entender a história. Essa mesma história possui percepções de temporalidades como ferramenta base para o discurso e instrumento que dá lugar a uma noção de identidade portuguesa na forma de membros pertencentes de reino e súditos de um rei eleito. Essa situação é fortemente defendida por Fernão Lopes ao longo da *Crônica de D. João I*, encomendada pelo monarca D. Duarte em 1434.

Segundo Michel Zink, filólogo francês sobre a Idade Média, a literatura narrativa é inteiramente projetada para o passado.<sup>27</sup> Por uma noção de história já perceptível à época aqui tratada anteriormente, a ambição da escrita e da cópia de diversos livros antigos era de conservar a memória e os conhecimentos em torno desse passado. Preservar para que os homens de outro momento histórico conhecessem a história dos grandes feitos de seus

---

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 2.

<sup>25</sup> LIMA, Luiz Costa. *Op. cit.*, p. 25.

<sup>26</sup> LOPES, Fernão. *Op. cit.*, vol. 2, p. 106.

<sup>27</sup> ZINK, Michel. Literatura. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do ocidente medieval*. Bauru: Edusc, 2002, p. 85.



antepassados. E para que assim pudessem se legitimar em vida. Escrever em prosa sobre uma corte e seu monarca era prestar-se à expressão das mais altas verdades, pois, para os medievos, a prosa era um discurso em linha reta, que demonstrava a expressão mais fiel do pensamento.<sup>28</sup> Assim, apresentaremos como essa concepção de verdade do cronista Fernão Lopes foi reveladora da percepção de tempo e das diversas temporalidades presentes na Idade Média.

O tempo, um atributo essencialmente humano, funciona em Fernão Lopes como um marco dentro do texto que o permite ordenar a crônica com suas histórias, indo do presente para o passado e recuando quando a sua opinião e oralidade tomavam conta da escrita, aspecto este que em breve analisaremos. A afeição mundana, a qual Fernão Lopes diz esquivar-se, é justamente a presença da dimensão espacial no imaginário dos medievos em suas coletividades. Um autor pode deixar que suas paixões e opiniões passem, subjacentes ou não, para suas respectivas obras, modificando a autonomia dos discursos. Dito isto, o cronista concentrou os seus esforços em passar um tempo histórico em que os eventos são apresentados de forma ordenada e sucessiva. Por consequência, acabou expressando um tempo político em que as facetas da vida social se integraram na narrativa.<sup>29</sup>

Kathryn Woodward postula que a “representação atua simbolicamente para classificar o mundo e nossas relações no seu interior”<sup>30</sup>. A identidade aflora a partir da linguagem e dos símbolos que a representam, por meio da descoberta do passado. Com Fernão Lopes, o tempo é um símbolo que o ajuda a compreender as passagens do passado para o presente na espera do futuro. Um símbolo que representa a identidade do que é ser português naquele momento, historicamente específico e não unificado. A utilização desse tempo é psicológica. Logo, uma espécie de psicologia do tempo encontra-se presente na escrita do cronista, a partir da forma que constrói sua narrativa histórica. É essa percepção de tempo que se faz presente nas páginas da *Crônica de D. João I* por intermédio do manejo e da utilização das temporalidades.

Explorando os eventos portugueses da virada do século XIV ao XV, a *Crônica de D. João I* é a principal fonte em que podem ser encontradas informações sobre o que aconteceu no movimento de 1383-1385, de modo que fez com que fosse tomada como verídica. As

---

<sup>28</sup> ZINK, Michel. *Op. cit.*, p. 91.

<sup>29</sup> ARAÚJO, Valdei Lopes; GIANEZ. A emergência do discurso histórico na crônica de Fernão Lopes. *Fênix* (UFU. Online), v. 3, 2006, p. 6.

<sup>30</sup> WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. IN.: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014, pp. 8-9.

obras de Fernão Lopes foram ainda valorizadas porque denotam um momento de importância para a história de Portugal, justamente anterior à expansão marítima. A figura de D. João é elevada e um discurso legitimador é construído justamente para confirmar o país como pioneiro nos momentos de ampliação e tomada de novos territórios.

Com efeito, a narração cronológica é levada a cabo por Fernão Lopes com bastante dedicação. É importante ter em mente, porém, que com a ascensão da nova Dinastia, o cronista recebe título de nobreza e passa a ser encarado como vassalo do rei. Logo, “não é em nome dos vilões que ele deixa a sua acção registrada nas crónicas, mas em nome da adesão e fidelidade à causa de um senhor que é também seu”<sup>31</sup>. No início do prólogo, Lopes deixa claro por que e para quem está a escrever a crônica:

Rei da boa memoria dom Joham<sup>32</sup>, cujo rregimento e rreinado se segue, ouve com ho nobre e poderoso Rei dom Joham de Castella, poemdo parte de seus boõs feitos fora de louvor que mereçiam, e emademdo em alguũs outros, da guisa que nom acomteçerom, atevemdosse e publicar esto, em vida de taaes que lhe foram companheiros, bem sabedores de todo o contrairo. Nos certamente levamdo outro modo, posta adeparte toda afeiçom, que por aazo das ditas rrazoões aver podíamos, nosso desejo foi em esta obra escprever verdade, sem outra mestura, leixamdo nos boõs aqueeçimentos todo fingido louvor, e nuamente mostrar ao poboo, quaaes quer contrairas cousas, da guisa que aveherõ.<sup>33</sup>

Na intenção de escrever “a simprez verdade, que a afremosemtada falssidade”, Fernão Lopes apresentou-se como o único que narrou os acontecimentos de forma verídica. Das fontes por ele utilizadas, somente uma chegou até os tempos atuais e foi analisada pelos pesquisadores, a *Crónica do Condestabre*, que narra os acontecimentos e a vida a partir do ponto de vista do principal comandante militar de D. João I, Nuno Álvares Pereira, e foi escrita por Pero Lopez Ayala. Lopes também utilizou fontes diplomáticas e arquivísticas (cartas, diplomas, tratados, capítulos de cortes, testamentos, bulas, entre outros) que tinha acesso como guarda-mor do Tombo. Ademais, há indícios de que haja uma outra crônica latina, escrita por Dr. Christoforus, que conta a história do reinado de D. João I, e um livro de guerras escrito pelo grande fidalgo Martim Afonso de Melo, ambos hoje perdidos.

---

<sup>31</sup> BEIRANTE, Maria Ângela. *As estruturas sociais em Fernão Lopes*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984, p. 98.

<sup>32</sup> Tal epíteto deve-se principalmente ao fato de que o Mestre de Avis, chefe dos movimentos de 1383 e 1385 e rei eleito, mantém-se fiel aos homens que o colocaram no trono. Durante os cinquenta anos do reinado de D. João I (1385-1433) reuniram-se vinte e sete vezes as Cortes do reino, de dois em dois anos em média, o que totaliza mais vezes que em todos os reinados dos séculos XIV e XV. Ver COELHO, Maria Helena da Cruz. *Op. cit.*, p. 46.

<sup>33</sup> LOPES, Fernão. *Op. cit.*, vol. 1, p. 2.

Em contrapartida, Fernão Lopes demonstra sua própria leitura dos acontecimentos; a narração é tendenciosa. Em relação à história, é claro perceber que todas as imagens construídas sobre D. João I possuem a marca e a influência dos escritos de Fernão Lopes. O cronista fortaleceu a imagem do monarca, em seu retrato físico e moral, a partir do discurso régio e legitimador. As demais documentações são escassas e a narrativa lopesiana nos trouxe passo a passo o desenrolar dos acontecimentos ocorridos entre 1383 e 1385. Deve-se ter em conta, porém, que Lopes esconde conflitos de interesse, razões, e pouco menciona a origem bastarda do monarca. Ler e se aprofundar em sua obra é compreender Lisboa e sua ‘arraia-miúda’, cidadãos, mercadores, os homens de poder, nobreza guerreira e sobre o corpo de levistas que fizeram de D. João rei.

Diante de tais aspectos, a pesquisa de historiadores que se lançam a analisar obras da literatura medieval não deve ter a ingenuidade de encarar este tipo de documento da maneira discursiva que o conhecemos hoje em dia. Apesar de envolver a escrita, as obras da Idade Média, até meados do século XIV, só existem plenamente apoiadas pela voz, no caso da trova, pelo canto e, por fim, pelo ato de recitar e ler em voz alta.<sup>34</sup> A voz, por meio do timbre, na entonação e nas devidas pausas, era um componente da literatura como um meio de entretenimento das pessoas, seja nas cortes ou espaços de segmentos menos privilegiados. Segundo Michel Zink, os escritos da Idade Média possuíam uma literatura narrativa voltada para o passado dos grandes feitos de reis e cavaleiros, nos romances de cavalaria e nas crônicas. Dessa forma, a prosa passou a servir para a escrita da história.<sup>35</sup>

Quem se aprofunda nas questões em torno do traço oralidade dos textos na Idade Média é Paul Zumthor, medievalista suíço, que em sua obra *A letra e a voz* (1993) valoriza a importância da presença vocal na literatura, tal como instrumento constituidor de toda a obra.<sup>36</sup> De acordo com seus estudos, não há dúvidas de que exista um claro traço de oralidade nas obras medievais, de maneira que “entre os séculos VI e XVI, prevaleceu uma situação de oralidade mista ou segunda conforme as épocas, as regiões, as classes sociais, quando não os indivíduos”<sup>37</sup>. Tal carga oral mista, apresenta-se quando a influência do escrito permanece externa ou parcial. Em relação à voz, recompunha-se a partir da escrita e apresentava os usos do imaginário.

---

<sup>34</sup> ZINK, Michel. *Op. cit.*, p. 80.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 90.

<sup>36</sup> ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: A “literatura” medieval*. São Paulo: Companhia das letras, 1993, p. 10.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 19.

A vocalidade representa, em Zumthor, a historicidade de seu uso, portadora de linguagem e sonoridade. Pela oralidade, homens e mulheres catalisavam laços e identidades sociais. A escrita precisa da oralidade, posto que colocamos no papel a grafia das palavras a partir do som. Porém, a escrita tem sua própria história, textualidade, mentalidade e construção de imaginário, tendo em vista que uma camada majoritária da sociedade não possuía acesso a ela. Escrever era uma habilidade elitista, técnica e que influenciou de maneira indireta o seu público.

Em Fernão Lopes, na *Crônica de D. João I*, o traço de oralidade aparece nos momentos em que o cronista retoma informações que já havia mencionado anteriormente, fato que demonstra que a sua obra foi feita para ser lida dentre um número considerável de pessoas, como é o caso da narração do episódio da morte do Conde Andeiro: “Nom parece cousa indigna, se alguñ que ler ou ouvir esta estória fazer pergunta, pois que tanto avia que era fama, e largamente pobricada, amtre a Rainha e o Comde Joham Fernamdez, se tinha elRei dello alguña sospeita?”<sup>38</sup>.

Percebe-se a consciência que Fernão Lopes possuía acerca de sua época, seu texto e o intuito. Demonstra um cronista muito atento à coesão do discurso e com a necessidade de manter os ouvintes entretidos. Existe um jogo no texto que, além do objetivo de manter a atenção, possuía uma face moral em que os que liam ou ouviam eram convocados para refletir, como no exemplo a seguir, em que o cronista fala dos provimentos dos conflitos com o reino de Castela:

Vos todos ouviis e nenhuu nom pregumta depois que NunAllvarez passou a Allemtejo, e sse estas cousas fezerom que teemos comtadas, que fazia emtanto o Meestre em Lixboa, ou em que gastava seu tempo por deffessom do rregno e da çidade. E pois que o nemguem nom pregumta, queremos que saibaes, que depois que o Meestre se espedio em Couna de Nuno Allvarez, como teemdes ouvido, e se tornou a Lixboa, que tres galles suas e tres barchas nom longe do porto da dita çidade, forom tomar duas naaos carregadas de panos e prata, e doutras muitas cousas que em ellas viinham; e mais huua barcha de Galliza carregada de madeira.<sup>39</sup>

Na *Crônica de D. João I*, existem “índices de oralidade” que deflagram, como analisou Zumthor, a presença da voz humana em um texto escrito e publicado. Para o medievalista existe “um rumor, vibrante ou confuso, de um discurso que fala da própria voz

<sup>38</sup> LOPES, Fernão. *Op. cit.*, vol. 1, p. 7.

<sup>39</sup> *Ibidem*, pp. 209-10.

que o carrega”.<sup>40</sup> E tal atributo torna-se algo perceptível quando existe o emprego do verbo ao texto (“ouvir” e “escutar”), dando uma característica oral e falante ao discurso escrito.<sup>41</sup> Fernão Lopes interage com o leitor/ouvinte e constrói, segundo João Monteiro, uma “estratégia filmica”, com uma linguagem que tem o objetivo de ser alegre ao mudar a sucessão dos espaços e composição das histórias.<sup>42</sup> Existe uma logicidade e intenção discursivas em sua escrita, de modo que se percebe um planejamento para que fosse lida em voz alta e, por consequência, ouvida:

Postas as batalhas como ouvis e vedes pintadas, e nomeados alguus senhores que da parte del Rey de Castela estavaõ, cumpre rezoar e dizer neste passo quoaes eraõ os que el Rey de Portugal tinha comsyguo, que he aguisado de se aqui pore, posto que em outros logares sejam escritos; e certamente heraõ mui poucos caa pela maior parte quooantos no Reinno avia todos se lamçaraõ cõ seu aversairo, como temdes ouvido no começo destes feitos.<sup>43</sup>

E para mencionar as conversas em conselho feitas pelo rei D. Juan de Castela sobre adentrar o reino de Portugal:

E acordou de enviar pollo Infante dom Johaõ que tinha preso segumdo ouvistes, pera entrar cõ ele em Portugal e poer desvairo nas gemtes do Reino e se virem algũs pera ele; e posto que por ele emviase não o quis estomçe esperar e sem ele emtrou desta vez.<sup>44</sup>

Na escrita dos capítulos, quando o cronista precisa contar os feitos de outra personagem, insere sua própria personalidade e oralidade na escrita – como se a obra tivesse sido escrita para ser lida em público –, voltando a construção verbal para o tempo presente e apresentando a história, relativa ao passado, que vai ser contada no capítulo seguinte. Neste trecho, por exemplo, em que se fala sobre o rei de Castela em Santarém e os conselhos que toma sobre cercar Lisboa (momento anteriormente citado). Lopes transfere a narração dos fatos para o Mestre de Avis:

omde leixemos elRei dassesego com todas suas gentes ataa que lhe venha sua frota, sem teendo por hora mais que comtar delle; e vejamos que fez em este tempo ho Meestre com os da çidade por perçebimento de sua deffemssom, avemdo logar pera ello desembargadamente bem per espaço de cimquuenta dias.<sup>45</sup>

<sup>40</sup> ZUMTHOR, Paul. *Op. cit.*, p. 35.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 39.

<sup>42</sup> MONTEIRO, João Gouveia. *Op. cit.*, p.111.

<sup>43</sup> LOPES, Fernão. *Op. cit.*, vol. 2, p. 95.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 65.

<sup>45</sup> *Idem*, vol. 1, p. 165.

Em outro momento, após o assassinato do Conde Andeiro pelo Mestre de Avis e seus seguidores, e do início dos episódios em que diversas vilas começam a tomar voz para que ele se tornasse regedor e defensor de Portugal nos conflitos que se seguiam, o cronista apresenta novamente a presença de sua oralidade para denotar a anterioridade dos eventos, recuando a história e mudando o espaço para o reino de Castela:

Mas hora comem de çessar desto, e leixarmos o Meestre em Allamquer, e a Rainha em Santarem, e vaamos veer que fez elRei de Castella em seu rregno quando lhe chegarom novas que elRei dom Fernamdo era finado.<sup>46</sup>

Ao findar da batalha de Aljubarrota, Fernão Lopes avança a escrita contando sobre a fuga do rei de Castela e sua chegada a Santarém, sua lamentação e as decisões que são tomadas após a perda, retornando posteriormente para falar do rei D. João I, que foi deixado no passado, ainda no campo do conflito.

A esto se triguou el Rey a presa, por quoamto soube que tamto que ele fora desbaratado que loguo de Portugal enviaraõ cartas a el Rey de Imgraterra, especialmente ao Duque dAlecrasto, que era casado com dona Constança filha que ffora del Rey dom Pedro, por cujo azo se o dito Duque chamava Rey de Castela, mas quoaes lhe fizeraõ saber como ele fora vemçido em campo, em que avia perdido as mais e melhores de suas gemtes todas; e que aguora tinha tempo de cobrar aquele reino, pois quee seu imiguo estava desbaratado e minguoado de companhas, mormente temdo Portuugual em sua ajuda cõ muitas gemtes e boa vôtade, e pois por esta guisa podia çedo acabar toda sua temção que ãõ posese em elo nenhuã tardamça. E por esta rezaõ, como dizemos, se triguou el Rey de enviar a pressa a el Rey de França e ao Antipapa, com quem tinha recados de todo seu aquecimento, homde fique esperamdo reposta e juntamdo suas gemtes ataa o cabamento deste anno. E nos tornemos a el Rey de Portugal, que leixamos pelejamdo ãõ sendo ahimda a batalha [de todo] vencida.<sup>47</sup>

Tais manipulações que Fernão Lopes faz são referentes ao tempo da narrativa, de sua escrita. Ao compor a *Crônica de D. João I*, ordenou o seu conhecimento sobre os fatos e deflagrou a dimensão temporal que passava pela consciência coletiva da época.<sup>48</sup> É uma narrativa histórica que se propõe a fazer um relato do real e que, segundo os testemunhos que o cronista deixa ao longo da obra, tem um compromisso com a verdade. Existe uma identidade narrativa que constrói e deflagra o tempo histórico. É essa exigência da verdade que faz com que a identidade seja reveladora de um tempo social e humano.<sup>49</sup>

<sup>46</sup> *Ibidem*, p. 105.

<sup>47</sup> *Idem*, vol. 2, p. 112.

<sup>48</sup> RICOEUR, Paul. *Op. cit.*, p. 14.

<sup>49</sup> *Ibidem*, p. 10.

As histórias referenciam-se e a intenção de Fernão Lopes se faz presente ao longo da narrativa. Colocar-se a escrever era um exercício de sabedoria e somente reservado a alguns. A escolha do guarda-mor da Torre do Tombo para a escrita da história do reino de Portugal é o reconhecimento de seu saber de privilégios e excelência. Assim, é possível encontrar em Lopes características que o diferenciam de outros cronistas portugueses de sua época: primeiramente, o seu forte traço político e de intencionalidade, dado que o cronista coloca para a memória determinado recorte sobre o início de uma dinastia fundada em motivos que a deslegitimavam; em segundo lugar, as fontes a que tinha acesso, por seu posto, vão dos mais variados documentos de arquivos e tabelionato a registros orais e crônicas estrangeiras.<sup>50</sup>

Logo, ao embasar sua obra em outras fontes, junto a um cuidado de escrita aparente deu ao seu trabalho um estatuto de verdade. A escrita tem a função de garantir a transmissão de um texto e leva a um futuro de conservação, arquivo e construção de memória.<sup>51</sup> Lopes induziu, imensamente apoiado pela historiografia, a memória de todo um reino. Deu luz a acontecimentos e personagens que, se não fosse a sua detalhada descrição, não teriam entrado para a análise do movimento de 1383-1385. Ao trabalhar de maneira sincrônica e linear os fatos históricos, deu visibilidade a ações, agentes e eventos. Fica clara, assim, sua função pedagógica quando emite juízos de valor, opinião, versões únicas e exemplos de comportamento de acordo com a moral da época.

No segundo plano da história contada por Fernão Lopes percebemos a inquietação das massas. O povo é ativo em diversos eventos ao longo da obra aqui analisada, porém, o objetivo do seu discurso não é dar às populações urbanas um papel de privilégio, não foi para esse intuito que o cronista teve seu trabalho encomendado. Existe, entretanto, uma discursividade com a voz e com o relato engendrado pelo cronista que dá uma personalidade coletiva ao povo, grupo este que estava voltado para o apoio à causa joanina. O discurso é produzido pela voz, os textos possuem o traço da oralidade e, já no final da Idade Média, quando a escolástica teoriza sobre a arte da memória, a mesma torna-se uma finalidade discursiva que se utiliza da palavra e dos escritos.<sup>52</sup>

A *Crônica de D. João I*, ao ser lida para um grupo de pessoas, gerava uma consciência e interpretação comuns, o que induzia a um efeito mais forte. É uma obra que existe num tempo, em determinado contexto e conjuntura, já anteriormente por nós explanados, e que se

---

<sup>50</sup> VIEIRA, Ana Carolina D. “*Como he doce cousa reinar*”: a construção de uma dinastia sob a ótica de Fernão Lopes. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011, p. 124.

<sup>51</sup> ZUMTHOR, Paul. *Op. cit.*, p. 109.

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 141.



integrou em uma formação social, na historicidade do lugar e da época. Dessa forma, Paul Zumthor não se equivoca quando afirma que “o texto transmitido oralmente possui uma evidência, uma identidade na presença, que exclui, de imediato, a impressão de alteridade: ele se dá, por isso mesmo, como verídico e só pode ser recebido como tal”<sup>53</sup>. A oralidade em Fernão Lopes era evidentemente um traço da época, já que não existia uma massificação de uma cultura do ato de ler e escrever. A via oral era uma maneira de comunicação muito mais prática e realista fora dos ambientes cortesãos, levando em consideração que o livro impresso não poderia ser considerado uma ferramenta de apoio.<sup>54</sup>

Porém, evidenciar a importância da oralidade na *Crônica de D. João I* não significa dizer que era de frequente e massiva leitura conjunta entre os mais diversos membros e segmentos sociais da sociedade portuguesa. Inclusive, os originais da obra ficaram por alguns anos perdidos durante o século XV, reaparecendo somente na segunda metade do século XVI, quando os eruditos passaram a copiá-la em manuscritos, dos quais alguns permanecem na Torre do Tombo até os dias atuais.<sup>55</sup> Logo, é claro o papel que as obras de Lopes tiveram numa construção de memória e desenvolvimento da historiografia, porém, o principal e mais reconhecido leitor da obra é o próprio cronista. Ele escreve e precisa retomar suas obras a todo momento no objetivo de compilar as histórias e crônicas passadas, edificando-as em uma nova maneira de escrita. Um cronista compila as histórias, as lê e se embasa em documentos e textos de outros escritores. É categoricamente um autor: em contrapartida, é também leitor.<sup>56</sup>

Certamente, é por conta dos motivos elencados que os historiadores, ao trabalharem com obras da alçada literária, devem questionar os projetos e intentos de quem escreve. Uma narrativa possui o objetivo de dar significado ao mundo em que está inserida por meio de uma temporalidade e espaço próprios. Ela concede historicidade a um contexto e traz uma característica preponderante dos processos do imaginário por que é uma criação eminentemente humana.

Entretanto, até pouco tempo, a Teoria da História preconizava que a fonte literária, tipo específico que utilizamos neste trabalho, não era considerada fidedigna para os historiadores do século XIX. O uso de textos literários era uma ameaça às bases da conquista de uma verdade em História. A mudança desta concepção veio com a *Escola dos Annales*,

---

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 254.

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 111.

<sup>55</sup> MONTEIRO, João Gouveia. *Op. cit.*, p. 84.

<sup>56</sup> MICHELAN, Kátia Brasilino. Cronistas medievais: ajuntadores de histórias. *História Social* (Unicamp), v. 17, 2009, p. 278.

que, a partir do século XX, passou a intercalar o uso desse tipo de documento com outros. Os franceses passaram a colocar em pauta a História-problema, que tentava apreender a complexidade das experiências dos homens no tempo.

No caso específico que tratamos aqui, durante os séculos XIX e XX, historiadores levaram as crônicas históricas como documentos fidedignos dos acontecimentos vividos e retratados pelos cronistas portugueses, dentre os quais não figura apenas Fernão Lopes. Historiadores como Marcelo Caetano, Francisco Benevides, Alexandre Herculano, António Sérgio, entre outros, dedicaram mais ao tempo do que aos indivíduos que o atravessaram, e concentraram-se em encontrar algo de revolucionário nos anos de 1383-1385.<sup>57</sup> O descuido da historiografia produzida até então foi confiar na tradição e utilizar a escrita de Fernão Lopes na intenção de fortalecer autenticidades de poder em Portugal; foi interpretar o cronista como o autor da irrupção de um acontecimento verdadeiro, o que não é aceitável; foi deixar de ver em sua escrita a construção da imagem de rei, de cavaleiro, de mulher, de bom-cristão, de português; foi deixar de ver a sua intencionalidade e contexto produtor.

Ao tratar de pesquisar a partir das fontes literárias, coloca-se em prática um tempo primeiramente histórico e que dá profundidade à narrativa. Histórias essas que se passaram em momento e local específicos. E o autor Fernão Lopes, juntamente com o seu nome, exercem um discurso que coloca em pauta uma nova maneira. Nesse sentido, Paul Ricoeur possui um ponto de vista muito claro ao afirmar que é “a narrativa que torna acessível a experiência humana do tempo, o tempo só se torna humano através da narrativa”<sup>58</sup>. As narrativas e as histórias respectivamente contidas produzem um conhecimento de mundo encaixado em espaço dado. Por este motivo, tempo se torna uma categoria eminentemente humana ao ser inserido em estruturas narrativas.

À guisa de conclusão, a crônica escrita por Fernão Lopes, que possuía o objetivo de ser uma narrativa com ares de verdade, estabeleceu laços com a historicidade e se tornou parte do conhecimento, memória e construção da monarquia portuguesa. Tempo e oralidade tornaram-se ferramentas na consolidação de um discurso que objetivava a criação de memória e noções de identidade portuguesas.

É importante notar que as narrativas baseadas na literatura constituem um exercício historiográfico em que se constroem “tramas e enredos” a partir de eventos, fatos

---

<sup>57</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *Op. cit.*, p. 14.

<sup>58</sup> RICOEUR, Paul. *Op. cit.*, p. 11.

selecionados e testemunhos que se apresentam como um depoimento do passado.<sup>59</sup> Era o tempo de um reino em que seus habitantes lutavam pela legitimação do espaço a partir da busca por uma identidade. Fernão Lopes efetivou, assim, um discurso que carrega consigo a tal identidade como resultado final, tendo em vista que eram todos súditos de um mesmo rei, ocupavam o mesmo território e vivenciaram o mesmo tempo. A memória, o discurso, a consolidação de um projeto monárquico são os principais dividendos da crônica aqui analisada.

## Referências bibliográficas

### Fontes

LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Segundo o códice nº 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ed. de Magalhães Basto. Lisboa: Civilização, 2 vols, 1990.

### Livros

BEIRANTE, Maria Ângela. *As estruturas sociais em Fernão Lopes*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I: o que re-colheu Boa Memória*. Lisboa: Temas e debates, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France*. São Paulo: Loyola, 2014.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos. *Os reinos dos cronistas medievais (Século XV)*. São Paulo: Annablume, 2006.

LIMA, Luiz Costa. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. *Fernão Lopes e a retórica medieval*. Niterói: UFF, 2010.

MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa*. São Paulo: Cultrix, 1968.

MONTEIRO, João Gouveia. *Fernão Lopes: texto e contexto*. Coimbra: Minerva, 1988.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo 3: o tempo narrado. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SARAIVA, António José. *História da Literatura Portuguesa*. Belo Horizonte: Tapir, 1965.

\_\_\_\_\_. *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1998.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: A “literatura” medieval*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

## Capítulos

<sup>59</sup> FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi et. LUCAS, Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 137.

- FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi et. LUCAS, Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012.
- MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. Da retórica medieval. In: MASSINI-CAGLIARI, Gladis; MUNIZ, Márcio Ricardo Coelho; SODRÉ, Paulo Roberto; SOUZA, Risonete Batista. (orgs.). *Metodologias – Série Estudos Medievais*. Rio de Janeiro: Grupo de Trabalho Estudos Medievais da ANPOLL, 2008.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- ZINK, Michel. Literatura. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do ocidente medieval*. Bauru: Edusc, 2002, pp. 79-93.

### Periódicos

- ARAÚJO, Valdei Lopes; GIANEZ, Bruno. A emergência do discurso histórico na crônica de Fernão Lopes. *Fênix (UFU. Online)*, v. 3, p. 01, 2006.
- COSER, Miriam. A dinastia de Avis e a construção da memória do reino português. *Especiaria (UESC)*, v. 10, p. 703-727, 2007.
- GUIMARÃES, Marcella Lopes. Crônica de um gênero histórico. *Revista Diálogos Mediterrânicos*, v. 1, p. 67-78, 2012.
- MICHELAN, Kátia Brasilino. Cronistas Medievais: ajuntadores de histórias. *História Social (Unicamp)*, v. 17, p. 263-284, 2009.

### Dissertações

- VIEIRA, Ana Carolina D. “*Como he doçe cousa reinar*”: a construção de uma dinastia sob a ótica de Fernão Lopes. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.